

## Escolas para o século XXI – Breve reflexão de âmbito pessoal

Autora: Maria Serafina Gomes Roque Cabral (Professora do Ensino Secundário)

A reflexão que se segue teve como base as questões 1, 5 e 7. É inquestionável a dificuldade em responder a tais questões que são, aliás, problemas prementes do ensino em Portugal. A reflexão que se segue pretende dar a conhecer algumas das nossas inquietações, enquanto docente, mãe e encarregada de educação.

Falar do desenvolvimento de competências em meio escolar implica em primeiríssima instância a constatação da necessidade de mudança de paradigma. Se até há alguns anos atrás se podia pensar num ensino meramente escolástico, totalmente centrado na figura tutelar do professor, a sociedade actual impõe não só que o enfoque do ensino se transfira para a aprendizagem mas também, e conseqüentemente, que o ensino-aprendizagem seja entendido como um processo cuja centralidade pertence ao aluno enquanto sujeito construtor do próprio conhecimento.

Aparentemente poderá parecer despropositado começar assim esta brevíssima reflexão. Começamos por afirmar o que todos já sabem; o que todos consideram que já ouviram referir vezes sem conta. Todavia, as práticas a que não raro assistimos nas escolas portuguesas continuam a assemelhar-se mais com um paradigma centrado no ensino e na figura inquestionável do professor, do que com um paradigma centrado na aprendizagem e no aluno. O desenvolvimento de competências continua a ser relegado para planos muito secundários; continua a premiar-se a mera reprodução de saberes previamente adquiridos, em geral destinados a situações específicas de avaliação formal. Trata-se, como é óbvio, de conhecimentos aos quais os alunos não reconhecem outra utilidade que não seja a da sua reprodução no tempo e no espaço requeridos, pelo que rapidamente são votados ao esquecimento.

É hoje inquestionável que só aprendemos aquilo que percebemos, o que de alguma forma faz sentido e é significativo nas nossas coordenadas existenciais. Não admira, pois, que em Portugal continue a grassar o analfabetismo que afecta cada vez mais aqueles que, apesar de tudo, foram à escola e aí permaneceram (e permanecem!) ao longo dos anos da escolaridade obrigatória.

De facto, a escola portuguesa não se soube preparar para a massificação do ensino; não pôde, não soube e não quis adequar a sua matriz discursiva a todos os que a ela acederam; refugiando-se, entretanto, em planos de intervenção, os vulgares planos de apoio educativo individual que, na maior parte dos casos, não vão além de declarações de intenções disfuncionais.

Mas poderia ser de outro modo, nomeadamente em turmas de 25 a 30 alunos? Quando se leccionam grupos tão alargados e heterogêneos poder-se-á tomar em conta o indivíduo e as suas especificidades?

Parece-nos neste aspecto (e em alguns outros, aliás) que o Estado português se tem andado a demitir. Querer conjugar políticas educativas inovadoras com investimentos escassos no sistema educativo não é de todo compatível e eficaz.

O que fazer, então?

Não haverá certamente um receituário capaz de obviar os problemas de qualquer sistema de ensino, português ou outro; todavia, no que concerne à implementação do desenvolvimento de competências, parece-nos importante, nomeadamente:

1.º Reformular/adequar alguns programas, (os do ensino básico e também alguns do ensino secundário) que não estão organizados por competências, como se postula nos documentos oficiais que regulamentam a revisão curricular. Pior, em alguns programas confundem-se noções como *objectivos*, *finalidades* e *competências*.

2.º Dotar todos os docentes de formação adequada, mormente no âmbito do ensino-aprendizagem centrado no desenvolvimento de competências. Ainda neste âmbito, parece-nos que a institucionalização, a nível central, de orientações, a difundir, por exemplo através da Web, (como acontece no Québec)<sup>1</sup> seria também uma mais valia.

3.º Criar alternativas credíveis de escolarização/formação destinadas a alunos com manifestas dificuldades de integração nos modelos do ensino regular. As Escolas Profissionais estão longe de serem a resposta eficaz e exclusiva que muitos pretendem ainda ver nelas. Não se trata de um ensino de qualidade (a avaliar pelos exemplos que conhecemos); tão pouco se trata de um passaporte garantido para o mundo do trabalho. O fosso criado pela extinção das escolas comerciais e industriais não foi, efectivamente, preenchido; a esse nível muito continua ainda por fazer.

4.º Dignificar a carreira docente, nomeadamente criando em todas e em cada uma das escolas do país as condições mínimas para que os docentes

---

<sup>1</sup> - Veja-se, por exemplo, <http://recit.qc.ca/>

possam desenvolver projectos inovadores e pugnando para que esses projectos sejam devidamente divulgados. A escola do século XXI não é, não pode ser uma escola feita de improvisos e de boas vontades, tal como o magistério não tem porque ser um sacerdócio feito de sacrifícios e desgastes que, em última instância, rapidamente caem no esquecimento, tanto mais que não integram qualquer item de avaliação da docência.